

## PRONUNCIAMENTO

(Do Senhor FERNANDO COLLOR)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores,

Vivemos momentos de turbulência. As próximas semanas serão decisivas para o País. Todas as atenções estarão voltadas para este Senado Federal, onde se decidirá o destino político do comando da Nação. A partir de agora, esta Casa passa a ser um tribunal e nós, Senadoras e Senadores, os juízes. Portanto, antes de qualquer medida, precisamos nos imbuir da índole da serenidade e do espírito moderador.

Particularmente, vivo uma situação extremamente singular e uma expectativa talvez já imaginada pelo meio político. Sou um ex-presidente da República, único a exercer hoje um mandato conferido pelas urnas. Nessa condição, estou sujeito a ter que votar o *impeachment* da presidente da República, tendo sido eu o único presidente do Brasil que passou pela experiência de enfrentar igual processo, até o fim. Experiência única, sem dúvida, mas que por isso mesmo me faz sentir no dever de trazer uma palavra ao Senado Federal e à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, sinto-me nessa contingência, tenham certeza, com profunda apreensão e pesar. Apreensão, pela imensa preocupação com a estabilidade do País, que há mais de um ano vive um quadro tormentoso, em todos os sentidos, e que só vai começar a se reverter após o desfecho da atual crise política do governo. E pesar, pela possibilidade de ter que participar do julgamento de um governo cujos principais atores e partido protagonizaram exatamente o meu *impeachment*. Não me sinto à vontade neste papel, até porque não carrego mágoas e, menos ainda, sentimentos subalternos. Entretanto, diante da autorização da Câmara para a instauração do processo aqui no Senado Federal, não terei alternativa. Como assevera Schopenhauer, “o destino embaralha as cartas, e nós jogamos.”

Creiam, Sras. e Srs. Senadores, não é nada confortável para mim rememorar e, menos ainda, reviver, mesmo que em outra trincheira, momentos como este.

Por isso, não é minha intenção, nesse instante de aflição nacional, traçar paralelos, fazer analogias ou exprimir comparações entre a instabilidade política por que passou o meu governo, há quase 25 anos atrás, e a grave crise institucional, política, econômica, ética e social em que se encontra o Brasil de hoje. Até porque, todo o cotejamento possível entre os dois momentos e os

respectivos processos de *impeachment*, seja pelas motivações e efeitos, seja pelas circunstâncias, métodos e prazos, creio, tem sido naturalmente feito pelos analistas, pela classe política e pela própria população brasileira. Qualquer palavra minha, nesse sentido e neste momento, pode vir a ser mal interpretada, mal assimilada ou mesmo desvirtuada de minha real intenção.

A análise da dimensão dos fatos de 1992 frente aos atuais acontecimentos, a comparação quantitativa de agentes – públicos e privados – envolvidos nas duas ocasiões e, ainda, a avaliação das causas e conseqüências de ambos os desfechos para o Brasil, deixo, como já disse, a cargo da consciência de cada uma das Senhoras e Senhores Senadores, de cada um dos observadores da cena nacional e, especialmente, de cada um dos brasileiros que viveram os dois momentos.

Enfim, Sr. Presidente, que o registro histórico se faça como deve ser feito; que o tempo – em sua forma universal da mudança – se encarregue de acolher a razão e, mais ainda, de decantar qualquer dúvida quanto à verdade de tudo que orbitou e orbita em torno dos acontecimentos de ontem, e de hoje. Afinal, como ensina Machado de Assis, “a verdade sai do poço, sem indagar quem se acha à borda.”

Da mesma forma, considero imprudente de minha parte antecipar, neste momento, uma posição frente ao processo de *impeachment* em curso. Qualquer que seja minha palavra, celeumas podem ser criadas. E não é esta minha intenção. Desejo tão somente, no plano institucional e no exercício do mandato de senador, colaborar para que o Brasil encontre soluções para sair de todas as crises por que passa e, o quanto antes, encontre o seu norte rumo a um porto seguro.

Por isso, entendo que este será um período que exigirá de todos nós, Senadores principalmente, muito equilíbrio nos atos, muita moderação nos debates e uma plena consciência da responsabilidade que temos com o Brasil.

Porém, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no cerne das discussões sobre este degradante momento de nossa história, eu gostaria apenas de ressaltar um aspecto: a situação econômica do Brasil de hoje é extremamente grave, ao contrário daquela que deixei no início de outubro de 1992. Em que pese a luta contra o inédito e recordista processo hiperinflacionário que enfrentei no início do meu governo, consegui, de forma desabrida e sem receios, estabelecer as bases econômicas, administrativas e de políticas públicas necessárias para o País seguir adiante, se desenvolver, se liberalizar e abrir suas portas ao comércio exterior e à nova ordem de

um mundo globalizado. Rompi monopólios e quebrei reservas de mercado. Consegui, também, plantar as sementes para a tão sonhada estabilidade monetária, mediante a fixação dos princípios macroeconômicos que permitiram, um ano e pouco depois, a implantação do Plano Real. Tenho plena convicção, Sr. Presidente, de que em meu governo o Brasil não retrocedeu em nenhum setor, em nenhuma avaliação relevante. Apesar da abrupta interrupção de meu mandato, o legado foi positivo.

Para tanto – e a despeito da instabilidade política vivida nos últimos meses do meu governo –, foi fundamental a normalidade da administração obtida com a manutenção de meu ministério, cujos quadros mantiveram funcionando normalmente o programa de governo.

Aproveito, portanto, para agradecer a cada um dos meus 14 ministros e 6 secretários que compunham aquela enxuta e competente equipe. O meu muito obrigado a cada um deles, aos ministros Dr. Célio Borja, Embaixador Celso Láfer, Marcílio Marques Moreira, Dr. Adib Jatene (*in memorian*), Reinhold Stephanes, Eraldo Tinoco (*in memorian*), João Santana, José Goldemberg, Pratini de Moraes, Ricardo Fiúza (*in memorian*), e, ainda, aos secretários Hélio Jaguaribe, Sérgio Rouanet, Ângelo Calmon de Sá, Bernard Rajzman, Embaixador Flávio Perri e o Embaixador Carlos Garcia.

Da mesma forma, agradeço a cada um dos deputados federais que, em 1992, votaram contra a abertura do processo de *impeachment*, assim como aos senadores que ao meu lado se mantiveram até o julgamento do dia 29 de dezembro daquele ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o que hoje presenciamos é o aprofundamento de um processo de desgaste político que agora chega ao seu ápice, na forma de uma aguda crise que foi gestada e que cresceu, paulatinamente, desde o primeiro mandato do atual governo.

Há tempos detectei e alertei para a falta de sincronia, de receptividade e de diálogo do Executivo com o Congresso Nacional. Sempre procurei manter com o governo uma posição de interlocução institucional. Não só diretamente com a presidente da República – raríssimas vezes, é verdade, e não por minha vontade –, mas também com os diferentes ministros da Casa Civil, tentei levar, ao longo desses anos, minha experiência como ex-presidente e a percepção, como senador em exercício, da necessidade de uma maior efetividade nas ações políticas e institucionais com o Poder Legislativo, em contraposição a uma menor atuação meramente publicitária junto à população.

Desde 2012, desta mesma tribuna, venho chamando a atenção para o esfacelamento institucional do País, para os conflitos entre os seus poderes, para o empoderamento de órgãos auxiliares, para o paradoxo da legitimidade *versus* credibilidade nos poderes da União. O tempo e o presente quadro de degradação do País me deram razão.

Porém, Sr. Presidente, o que perdurou foi a postura de sempre: me ouviram, mas não me escutaram. O governo continuou a agir exatamente de forma isolada e inversa aos inúmeros conselhos e alertas advindos deste Congresso Nacional. Aliou-se a insensibilidade política à fragilidade de uma matriz econômica descabida e insustentável. Desmontou-se uma base política e deteriorou-se uma base fiscal. Princípios elementares da economia e da execução orçamentária foram contrariados e, pior, demolidos. Índices negativos foram subjugados, subestimados. Ficamos carentes não só de política econômica, mas também de economia política. O resultado de poucos anos de má gestão, devemos reconhecer, é toda uma década perdida. As pessoas se aperceberam e as ruas se manifestaram. A crise espalhou-se. A política esvaiu-se e a economia tornou-se caótica. Levaremos tempo, Sr. Presidente, para resgatar tudo de positivo, em todos os segmentos, que foi alcançado pelo País desde a sua redemocratização. Mais ainda, levaremos tempo, talvez uma geração inteira, para nos recuperar deste certo golpe na população brasileira.

Por isso, seja qual for o resultado do atual processo de *impeachment*, precisamos nos adiantar, precisamos começar a pensar o futuro. O Estado brasileiro precisará ser reconstruído. O governo, qualquer que seja, terá que se reinventar. A população não mais concordará com improvisado, não mais aceitará amadorismo e, menos ainda, o fisiologismo que humilha a classe política no Brasil. Precisamos recuperar o ânimo, o encanto com a missão pública. Precisamos, Sr. Presidente, toda a classe política, nos oxigenar e nos remodelar à nova ordem da sociedade brasileira para readquirir a capacidade de participar, de fato, da ação governamental. Precisamos resgatar o básico da liturgia dos cargos, da respeitabilidade dos palácios e da moderação das autoridades. Precisamos de um novo modelo econômico. Precisamos de um novo Estado. Precisamos de uma Nova Política.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é nesse sentido, e dentro desse contexto que, em entendimento pessoal com os Líderes do *Bloco Moderador*, apresento para conhecimento e debate desta Casa, uma proposta denominada "*Brasil: Diretrizes para um Plano de Reconstrução*".

A fonte inspiradora do documento é o Projeto de Reconstrução Nacional que apresentei ao País em 1991, por ocasião da passagem do primeiro ano do meu governo.

Trata-se de um elenco atualizado de diagnósticos, princípios e medidas a serem discutidos, aperfeiçoados e implantados de forma a permitir que o País retome o caminho do desenvolvimento econômico e social, sua credibilidade, sua previsibilidade e segurança jurídica e, com isso, melhorar o ambiente dos negócios. As propostas visam a permitir ainda que o Brasil se reinsira definitivamente nos grandes blocos econômicos do mundo, sem os quais, continuaremos a patinar não apenas no comércio exterior, mas também na liderança e no protagonismo perdidos no âmbito do nosso subcontinente.

Restrinjo-me aqui, Sr. Presidente, a apresentar as linhas mestras desse plano, como subsídio à classe política e a um futuro governo, seja ele qual for. Peço, de antemão, que o documento seja publicado em sua íntegra nos anais da Casa, para a devida publicidade. Como seu texto contém 19 páginas, vou ler apenas os itens referentes à Reforma Política, ao Papel do Estado, à Reestruturação Competitiva da Economia e à Política Externa. Os demais sub-itens serão apenas citados para efeito de referência ao conteúdo completo da proposta. Passo à leitura resumida:

## **BRASIL: DIRETRIZES PARA UM PLANO DE RECONSTRUÇÃO**

### **I – REFORMA POLÍTICA: O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO**

Considerada a “mãe de todas as reformas”, a reforma política precisa ser definitivamente encarada de frente por todas as instituições brasileiras, sob o protagonismo do Congresso Nacional.

O sistema presidencialista, agravado nos últimos mandatos pelo chamado “presidencialismo de coalizão”, perdeu de vez a sua funcionalidade e tornou-se incapaz de proporcionar uma condução política e institucional minimamente viável para qualquer Governo que assuma o comando da Nação.

Todos já percebemos que o atual modelo de se fazer política esgotou-se. Precisamos, portanto, de uma “Nova Política”, em que os partidos deixem de ter como única serventia o ato de votar, e passem também a ter o papel de formular.

Não há mais espaço para o fisiologismo, que humilha e desacredita a classe política perante a população brasileira. Precisamos sair desse desânimo institucional, desse desencanto com a missão política. Daí ser necessário o correto diagnóstico da situação e a apresentação de ideias claras e definidoras para uma autêntica mudança do sistema político brasileiro.

Urge que a classe política, juntamente com a sociedade, debata com seriedade, sobriedade, mas com determinação, a opção do modelo parlamentarista de governo e suas possíveis variáveis.

Será este o remédio para os principais males da política nacional, a começar pela perspectiva de que o País dificilmente voltaria a passar por crise política, econômica e institucional de tamanha gravidade como a que vivemos hoje.

No parlamentarismo, qualquer crise, de qualquer natureza, é solucionada logo em seu nascedouro, na medida em que a perda do apoio político para se governar enseja a imediata substituição de todo o comando da equipe governante, sem precisar, portanto, que se espere o término do mandato de um governo. É por isso que se diz que enquanto o presidencialismo é o regime da “irresponsabilidade a prazo certo”, o parlamentarismo é o regime da “responsabilidade a prazo incerto”.

Ademais, a adoção desse novo regime permitirá, naturalmente, a consecução da tão esperada e necessária reforma política. A fórmula é, portanto, simples: a adoção do parlamentarismo, avalizada por referendo popular, que necessariamente demandará as mudanças adaptativas tanto no sistema eleitoral como no sistema partidário brasileiro. É a fórmula que temos para evitar crise política que nos legue, como hoje, um Brasil partido. Sim, um Brasil partido nas suas esperanças, nas suas expectativas, nas suas crenças, no seu propósito. Precisamos, pois, reunificá-lo, reconciliá-lo entre seus entes e consigo próprio.

Assim, aos que alegam que o Brasil não pode adotar o parlamentarismo por não possuir partidos fortes, é preciso dizer que, na realidade, o Brasil não possui partidos fortes por não ser parlamentarista.

## II – O PAPEL DO ESTADO

Ao Estado impõem-se duas grandes tarefas: o apoio à transformação da estrutura produtiva e a correção dos desequilíbrios sociais e regionais.

A retomada do crescimento sustentado se dará a partir da transformação da estrutura produtiva que contemple aumento sistemático da produtividade, melhoria permanente da qualidade de produtos e serviços e fomento à capacidade de inovação. Caberá ao Estado recriar as condições macroeconômicas e prover, em trabalho conjugado com a iniciativa privada, as infraestruturas econômica, tecnológica e educacional necessárias à reestruturação competitiva das empresas.

Para reverter a grave situação de desequilíbrio social e regional, é necessário, além de mecanismos alternativos de financiamento à infraestrutura social, estabelecer, por meio da coordenação das diversas esferas de governo, políticas sociais, regionais e de caráter compensatório. Assim, o Estado estará recuperando sua dimensão de promotor do bem-estar social, mas indo além do assistencialismo puro e simples, já que o propósito passaria a ser o de igualar as condições de partida.

A realização dessas tarefas requer uma mudança significativa na natureza do Estado e nas suas formas de atuação. O que se propõe é um Estado menor, mais ágil e bem informado, com alta capacidade de articulação e flexibilidade para ajustar suas políticas.

A tarefa de modernização da economia terá na iniciativa privada seu principal motor. Ao Estado cabe, porém, um importante papel de articulador dos agentes privados, com vistas a mobilizar esse conjunto de forças em direção aos objetivos de progresso e justiça social.

Assim, fatores como controle inflacionário, equilíbrio fiscal, redução do custo dos negócios, política responsável de crédito, redução da burocracia, entre outros, são cruciais para a retomada do crescimento do País.

E aqui resumo apenas as principais medidas:

Reforma do Estado:

A superação da crise e a viabilização de um projeto de desenvolvimento para o País dependem de quatro fatores fundamentais: primeiro, a credibilidade do governante, a segurança jurídica dos contratos, que o ajuste fiscal ganhe dimensão estrutural e, por fim, que o aparelho estatal seja modernizado e profissionalizado mediante ampla reforma.

### III – PRIORIDADES PARA A RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Reestruturação Competitiva da Economia:

O cerne da estratégia, tendo como objetivo maior a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, deve ser a busca do aumento progressivo da competitividade da economia, e os caminhos a seguir devem observar as seguintes premissas: os desafios de modernização e elevação da competitividade exigem transformações estruturais importantes em todo o sistema econômico, e não apenas nesse ou naquele setor; o incremento na capacitação científica e tecnológica interna e a melhoria na formação de recursos humanos são elementos indispensáveis ao processo de modernização.

Assim, faz-se necessário um conjunto de ações específicas nos seguintes setores: (1) Indústria; (2) Agricultura; (3) Infraestrutura – esta desdobrada em Energia, Transporte e Telecomunicações –; (4) Ciência e Tecnologia; (5) Educação; (6) Relações entre Capital e Trabalho; e (7) Meio Ambiente.

Dentro do capítulo da Dívida Social, o plano prevê programas de Combate à Pobreza, mediante Políticas Sociais focadas na melhoria da condição sócio-econômica da população, com ênfase no acesso aos serviços públicos, na educação e na qualificação profissional. Um dos meios é a destituição do caráter eminentemente paternalista dessas políticas, de forma a recuperar a autonomia e a autoestima da população com sua desvinculação da dependência do Estado.

O novo modelo econômico a ser adotado requer que as políticas sociais estejam necessariamente coordenadas com as políticas de responsabilidade fiscal, nos três níveis da Federação.

Ainda dentro do capítulo da Dívida Social, seguem também medidas nos sistemas de Seguridade Social e de Integração Regional.

#### IV – CIDADANIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Neste capítulo são especificadas ações para as seguintes áreas: (1) Direitos Humanos; (2) Violência e Criminalidade; (3) Crianças, Adolescentes e Idosos; (4) População Indígena e Minorias; (5) Cultura; (6) Desporto; e (7) Defesa da Concorrência e do Consumidor

#### V – O BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Política Externa:

Não há projeto nacional viável para o Brasil sem vinculação eficaz com o mundo. Esta eficácia depende, sobretudo, da credibilidade do País, por meio da previsibilidade e segurança jurídica, o



que torna a diplomacia instrumento indispensável para materializar as aspirações nacionais, quer no plano econômico, quer no plano político.

No plano econômico, trata-se de aproveitar as perspectivas presentes no cenário externo para promover a inserção e a modernização da economia brasileira. No plano político, trata-se de contribuir para a paz e projetar no relacionamento externo os valores democráticos e de observância das normas de Direito que regem nossa sociedade.

A vocação para a universalidade constitui a característica básica da inserção do Brasil no cenário internacional. Essa vocação repousa sobre a observação factual de que o País tem interesses de cooperação externa, distribuídos por parceiros de todos os continentes. Repousa ainda sobre a consciência de que, em um mundo marcado pela interdependência e globalização das atividades produtivas, prescindir das oportunidades oferecidas pela convivência internacional significa condenar o Brasil à estagnação e à obsolescência.

No fim dos anos 1990, o fim da Guerra Fria e da rígida configuração bipolar levaram a uma flexibilização das fronteiras comerciais e a um impulso da globalização. Aumentou consideravelmente a competição nos mercados internacionais, em que se tornaram maiores as dificuldades de um país concorrer individualmente. Ao assinar o Tratado de Assunção que criou o Mercosul, tínhamos em mente a estratégia de desenvolver um espaço econômico mais amplo, mais forte e competitivo.

As transformações do sistema internacional são hoje também muito abrangentes. A negociação de dois megablocos comerciais, a Parceria Transpacífico entre os EUA e países asiáticos, e a Iniciativa Transatlântica, entre os EUA e a Europa, abrangem a maior parte da economia internacional. A China, de sua parte, tem aumentado seus laços na Ásia, consolidando sua esfera de influência, além de fazer maciços investimentos na África e mesmo na América Latina, em busca de garantir o fornecimento de matérias primas e o acesso a mercados.

Esses mega-acordos estão estabelecendo também regras em diversas áreas, como propriedade intelectual, meio ambiente, relações trabalhistas e investimentos. São normas de cuja elaboração não participamos nem influenciámos, mas às quais fatalmente nos submeteremos. O Brasil escolheu dar prioridade às negociações da Rodada Doha e não negociar acordos comerciais. Com a OMC caminhando para a obsolescência, deixada de lado pelos amplos novos acordos, nosso País vê frustrada essa opção de sua diplomacia. De outra parte, a análise que

considerava que os países emergentes seriam os grandes catalizadores da economia mundial mostrou-se açodada.

Verifica-se que, a exemplo do que se temia há 26 anos, o Brasil tem diminuída sua margem de manobra no plano econômico internacional. Torna-se necessária uma reformulação do Mercosul, aproveitando as atuais orientações econômicas e as iniciativas do Governo argentino de voltar ao mercado financeiro internacional, do qual se achava afastado desde o *default* de 2001. Ações com viés ideológico no âmbito do Mercosul minaram sua credibilidade. O bloco, reformulado, precisa dar impulso a negociações bilaterais e com os megaespaços comerciais. Assim, a diplomacia brasileira deve retomar suas atividades de promoção comercial que foram abandonadas nos últimos anos, substituídas por atuações de caráter ideológico. O realismo e o bom senso indicam que esses são os únicos caminhos viáveis e que há urgência em buscá-los.

Portanto, as ações da política externa brasileira necessitam, antes de tudo, de menos ideologia política e mais pragmatismo comercial. Como exigem hoje as grandes correntes do comércio mundial, precisamos de uma política externa muito clara e objetiva, priorizando os acordos multilaterais sem deixar de revisar os destinos do Mercosul e sua inserção como parceiro dos grandes blocos econômicos.

Somente assim, o Brasil será capaz de retomar sua liderança do subcontinente e seu protagonismo mundial.

Por fim, Sr. Presidente, no setor de Defesa Nacional, o documento prevê:

Em que pese o impacto do desenvolvimento da ciência e da tecnologia sobre o relacionamento humano e sobre a vida das nações, em futuro previsível, é improvável que as mudanças decorrentes venham a criar estruturas políticas que tornem prescindível a capacidade militar. Nesse cenário, as Forças Armadas brasileiras devem orientar seu preparo de modo a enfatizar a profissionalização e a prontidão operativa, o desempenho tecnológico e a mobilidade.

O preparo assim delineado exige desenvolvimento de tecnologias adequadas e a evolução de doutrinas e procedimentos herdados do passado histórico e das experiências recentes. Deve ainda ter por propósitos, em estrita consonância com a Constituição e as leis, a dissuasão de ameaças à integridade e soberania nacionais, o apoio à lei e à ordem no território e nos espaços sob jurisdição brasileira, em questões que transcendam a missão e a capacitação dos sistemas policiais, e a contribuição à ordem internacional, em cooperação e sob mandado internacional.

O amplo espectro de missões e responsabilidades daí decorrentes exige que seja intensificada a integração entre as Forças Singulares de modo a facilitar e desenvolver a capacidade de operação conjunta, com especial foco na inteligência militar, na padronização de processos e equipamentos e no desenvolvimento dos instrumentos de guerra eletrônica.

Por outro lado, a sociedade brasileira precisa ser conscientizada da importância dos assuntos de defesa e que esta é um dever de todos. Nesse sentido, a sociedade deve ser integrada nas ações de defesa dos interesses nacionais, mediante o incentivo ao estudo do tema no meio civil, de forma a difundir o conhecimento e contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse é o compêndio das diretrizes para a reestruturação do Brasil, fruto de entendimento com os Líderes do *Bloco Moderador*. Além da publicação da íntegra do documento nos anais da Casa, o faremos chegar à consideração de Vossas Excelências.

Esperamos, com isso, poder colaborar para os rumos do País a partir do desfecho político a ser tomado em breve pelo Senado Federal.

Para concluir, Sr. Presidente, e contextualizando a história que vivemos hoje, e ontem, deixo à reflexão da Casa as palavras do historiador francês Vidal-Naquet:

“Não existe história possível onde um Estado, uma Igreja, uma comunidade, mesmo respeitável, impõem uma ortodoxia. Porém, inversamente, nenhum livro, por mais rico em documentos sensacionais e em considerações profundas que seja, é uma obra *definitiva*. Esse adjetivo que se lê com frequência demais nas dissertações: ‘Aqui temos um estudo definitivo sobre...’ Não existe estudo definitivo. A história deve ser sempre revisada, refeita. Eu disse: *revisada, refeita*. Não disse: *destruída, desfeita*.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 2016.